

118ª SESSÃO ORDINÁRIA 02DEZ2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): (15h10min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação a Emenda nº 89, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 89, destacada, ao PLE nº 035/15.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós fizemos todo um estudo para viabilizar um maior atendimento para a população em se tratando de animais domésticos, e apresentamos esta Emenda visando a aumentar os atendimentos também pelo Canil Municipal, pelas equipes de fiscalização, porque nós temos um grande número de solicitações e de pendências. Então, se queremos que as equipes de fiscalização atuem mais, inclusive se necessitem de horas extras, tem que ter uma previsão. E não tem previsão, continua tudo na mesma programação. Nesse sentido, implementamos R\$ 60 mil, retirando da publicidade.

Também quero dizer que uma multa de maus-tratos é em torno de R\$ 8.300,00, e, se analisarmos o Fundo Municipal dos Direitos dos Animais, não aparece nenhuma multa julgada até a presente data. Com dez aplicações de multa, já ultrapassaríamos este valor, se efetivamente se averiguassem todos estes casos de maus-tratos para os quais há um grande número de solicitações da população.

Muitos dizem que se preocupam com os animais e com as crianças. Ocorre que o mercado *pet* é bilionário. Nós temos impostos recolhidos, através do emprego e renda. As faculdades e veterinárias que atuam em prol dos animais são profissionais. Esta discriminação nós temos que começar a esclarecer que temos que atender. Não adianta um Prefeito dizer que a causa animal é responsabilidade da população – e parte é, porque quem tem um animal não pode abandoná-lo, tem que tratá-lo, não pode repassar ao Poder Público, mas para isso tem que ter todo um contexto, tem que ter um cadastro

municipal, tem que ter a microchipagem. Não adianta ficarmos só implementando emendas e, depois, elas não serem aplicadas.

Buscamos estas mudanças de gestão para esta parte, que visa também a atender a saúde pública, porque animal doente provoca doenças, e não podemos deixar de reivindicar para a área em que atuamos e conhecemos, como também podemos aprovar outras emendas que venham a contemplar a sociedade e para isso estamos atentos para votar a favor e, se não concordarmos, votarmos contra.

Esta emenda é para dar possibilidade às equipes de fiscalização de atenderem e nós evitarmos tantas reclamações.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 89, destacada, ao PLE nº 035/15.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, para encaminharmos esta matéria que trata da emenda da Ver.^a Lourdes Sprenger, numa preliminar, vou trazer um abraço aos nossos jovens do *hip-hop* que estiveram conosco nesta semana e que estão presentes no dia de hoje. Eu estava olhando agora as rubricas orçamentárias do *hip-hop*, e Porto Alegre apresenta R\$ 50 mil de emenda e mais R\$ 224 mil que já estavam no Orçamento; portanto, para o *hip-hop* em Porto Alegre, em 2016, nós temos aproximadamente R\$ 280 mil. Trago um abraço a vocês, salientando a importância da luta. Vocês estão conquistando, sim, um belo espaço aqui na nossa Cidade.

A Ver.^a Lourdes apresentou uma emenda sobre a instituição de uma feira de adoção de animais no Município. Fomos favoráveis – é a Emenda nº 90. Apresentou outra emenda, a Emenda nº 92, sobre a fiscalização de maus-tratos de animais. Fomos favoráveis, e as duas já estão aprovadas. E, agora, a Vereadora, apresenta uma terceira emenda, a Emenda nº 89, que trata de políticas públicas para animais, pedindo fiscalização. Nós acreditamos que alcançamos os propósitos da Vereadora com Orçamento e com as emendas aprovadas e que, na verdade, toda a vez que se requeira fiscalizações para uma atividade, Ver. Mario Manfro, nós precisamos, não apenas do recurso para fiscalização, mas precisamos recursos para a contratação desse acréscimo de

fiscalização; portanto, a nossa proposta foi, com muito respeito à Ver.^a Lourdes, procurando alcançar suas emendas, dizer que neste quesito nós nos manifestamos contra por causa disso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, a Emenda nº 89, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 90, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**. Prejudicada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 90 ao PLE nº 035/15.

Em votação a Emenda nº 91, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 91, destacada, ao PLE nº 035/15.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, nós temos os levantamentos das ONGs de Porto Alegre, da proteção animal, e também sabemos que quanto menor o número de esterilizações é jogar o dinheiro público no ralo, porque a procriação é muito rápida.

Neste ano não foi diferente, veio um número irrisório de duas mil e poucas esterilizações. Se fizermos um programa de castração a baixo custo, aqui em Porto Alegre, isso é atingido. Então, não se aceita para o Poder Público, que tem uma Secretaria que avocou para si a defesa dos direitos animais apresentar um valor irrisório; portanto, calculamos aqui um total de esterilizações que seria o mínimo que uma Capital poderia apresentar: dez mil esterilizações - se querem falar de bem-estar animal, se querem falar de direitos animais.

Paralelo a isso, já quero antecipar a Emenda nº 93, que trata da microchipagem na mesma proporção. Animal esterilizado tem que ser microchipado para evitar o abandono, para evitar custos para o Poder Público. Então, não estamos fantasiando nada, é apenas uma melhor utilização das verbas públicas, o controle populacional e queremos que isso

seja bem entendido. Não adianta, depois, ficarmos dizendo que defendemos os animais se todo dia nós temos esses problemas nas ruas, se todo dia nós temos isso na periferia. Então, esta Emenda é para aumentar o número de esterilizações, para que haja um mínimo na Capital, que são 10 mil esterilizações, e a outra Emenda é para que haja a microchipagem, porque eu só posso responsabilizar quem maltrata, quem abandona animais através da microchipagem. Já adianta que as Emenda nº 91 e nº 93 visam a aplicar bem o recurso público e nada mais do que isso. Porque não adianta uma Capital, com uma Secretaria que tem um bom quadro de veterinários, que tem um bloco cirúrgico, que tem uma unidade móvel doada pela ATP – que tem dois blocos cirúrgicos -, anestesia inalatória – hoje, não é qualquer clínica que consegue comprar um aparelho que custa em torno de R\$ 40 mil - apresentar duas mil e poucas esterilizações. É isso, Srs, Vereadores. Vamos pensar um pouco também em saúde pública: quanto menos animais nas ruas, menos problemas teremos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 91, destacada, ao PLE nº 035/15.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero chamar a atenção de todos - até quando me dirigi para encaminhar a emenda anterior já não havia mais tempo – que agiu correto o nosso Presidente Paulo que me impediu de falar. Mas a Ver.^a Lourdes destacou uma Emenda sua que estava aprovada e que tinha um parecer favorável à proposta da Vereadora, e na Emenda nº 90 apenas se modificou. Pequena questão, a emenda foi rejeitada. Se é rejeitada a Emenda é rejeitada a Subemenda. E com relação a essa Emenda nº 91 da Ver.^a Lourdes, que aloca R\$ 688 mil para acrescentar 6.880 esterilizações de cães e gatos em Porto Alegre, primeiro, nós temos, eu repito, aquilo que sempre nos causa uma dificuldade bastante grande, eu não digo atrito, mas alguns sentimentos contrários dos Vereadores, parceiros nossos aqui da Câmara. Se todas as emendas apresentadas nós fôssemos aprovar, não teria origem suficiente nas rubricas para suportá-las. De uma rubrica de um milhão de reais não tem como tirar 1,1 milhão de reais. Não dá para deixar uma rubrica com sinal negativo, em vermelho, portanto sempre foi preciso olhar a origem e fazer algumas contas para ver se

aquela origem comporta o recurso retirado. Em segundo lugar, a Vereadora prevê que se aloque recursos para a compra de materiais, aquisição de insumos para essa esterilização. Só que nós precisávamos também contratar mais pessoal para essa ação. Portanto estamos aqui para dizer que o nosso Parecer foi nesse sentido, primeiro: o recurso orçamentário retirado; segundo: o objeto; e terceiro: o valor de R\$ 688 mil para a presente Emenda nº 91. Repetindo, nós temos duas emendas favoráveis à Ver.^a Lourdes, que foram a nº 90 e nº 92. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 91, destacada, ao PLE nº 035/15.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente Paulo Brum, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu, Ver. Aírto Ferronato, só venho a esta tribuna, nem tanto para defender a emenda da colega Ver.^a Lourdes, mas vou votar com V. Exa., Vereadora. O que me preocupa, Ver. Aírto Ferronato... Eu admiro V. Exa., como nós dissemos lá na CEFOR, que trabalhou exaustivamente em um curto período para fazer essa relatoria. Agora, nós precisamos dizer para a Cidade, Ver.^a Lourdes, que aqui neste Orçamento a Secretaria Municipal da Cultura está destinando mais de R\$ 300 mil para o próximo ano, e, entre esses valores, R\$ 100 mil para a construção do galpão do Orçamento Participativo -, R\$ 100 mil para a construção do galpão do Orçamento Participativo! Um galpão de costaneira! Depois, mais R\$ 50 mil para o Orçamento Participativo desenvolver os projetos culturais, como se os demais que lá acampam, em torno de 370 galpões, como se eles não fizessem projetos culturais! E, o mais grave ainda: escolhem seis piquetes e um CTG para receber R\$ 150 mil! Quais são os piquetes? Em respeito a todos os que fazem parte dos piquetes, deixo de citar os nomes. Mas está aqui. Qual é o CTG? Também. Sabem por quê? Porque nem todos os CTGs, nem todos os piquetes e nem todos que compõem essa sociedade, voltada para a cultura regional gaúcha, são adeptos dessas movimentações políticas, sim, do Orçamento Participativo. Então, Ver.^a Lourdes, eu vou votar, sim, com V. Exa. e respeitosamente pedir a compreensão dos demais colegas, em especial a do Ver. Aírto Ferronato, mas eu preciso dizer: sou um desses que não consigo enxergar simpatia do Orçamento Participativo lá no Acampamento

Farroupilha. Qual é o objetivo do Acampamento Farroupilha? O culto às nossas tradições e lembrar a epopeia farrapa! O que isso tem a ver com Orçamento Participativo? Ou nós vamos dar um basta, e eu peço a compreensão dos senhores, ou vamos fazer o seguinte, vamos contemplar todos que lá acampam. Tem pessoas que pagam por seus galpões, fazem ali o culto às nossas tradições com muita dificuldade financeira. Então por que não distribuir igualdade de condições para todos? Só para os queridinhos? Como é que escolheram? Ah, esses foram lá no Orçamento Participativo. Por favor! Falo e vou divulgar, porque acho que todos que acampam ali no Acampamento Farroupilha têm que tomar conhecimento, porque, no ano passado, já aconteceu, e foram ao meu gabinete: “Olha, Vereador, nos prometeram uma verba, a gente foi lá na reunião do Orçamento Participativo e até agora não veio.” E eu respondi: “E o que eu tenho a ver com isso?” Mas o senhor é Vereador. Mas eu não defendo Orçamento Participativo no Acampamento no Farroupilha, por favor! Então fica aqui o nosso protesto, com todo o respeito aos que discordam da opinião deste Vereador.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação a Emenda nº 91, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 92, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 92, destacada, ao PLE nº 035/15.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Apenas para destacar esta emenda, porque há todo um contexto, nós fizemos todo um estudo para ver necessidades. Então, se eu faço um levantamento, se eu abro os registros da Prefeitura e me aparecem 15 mil pendências de fiscalização, é lógico que nós temos que nos preocupar em atender à demanda, para isso temos Secretaria. Não é necessário aumentar o número. Até somos contra esses processos que vêm aumentando vaga aqui, vaga ali. Nós temos equipe. É necessário que se façam muitas dessas fiscalizações após o expediente, nos fins de semana, porque as pessoas não se encontram em casa. Então, nosso objetivo é aumentar as fiscalizações para os casos pendentes de maus tratos, porque não adianta tu fazeres uma chamada e

aparecer um mês depois, uma semana depois. É neste sentido que estamos apresentando essa emenda.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, Ver.^a Mônica Leal e outros Vereadores, a Emenda nº 92, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**. Prejudicada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 92.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 93, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Dinho do Grêmio, a Emenda nº 94, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 95, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 95, destacada, ao PLE nº 035/15.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, só um registro rápido da votação da Emenda anterior, que era para colocar placas de identificação em cumprimento da lei, que está em implementação pelo Município, de retirada das carroças, porque as zonas proibidas não têm a devida placa, como tinha antigamente. Ainda existem placas proibindo a circulação de carroças, facilitando a fiscalização da EPTC quando alguém investe em zona proibida. A Emenda nº 95, na realidade, Ver. Airto Ferronato, Relator, é um registro da polêmica que é este tal hospital veterinário, o qual sua pedra inicial era ali próximo ao Jardim Botânico, numa área pública, que foi feito um termo de compromisso com pompas no Município, e que uma empresa ia doar esses R\$ 4 milhões. Mas nós estamos procurando uma assinatura, em 2012, onde estão os R\$ 4 milhões. É investimento? Então, que apareça investimento. É receita, vai entrar ou entrou esse recurso? Onde está esse recurso? É para fazer média com esse empresário que diz que vai doar R\$ 4 milhões? E agora tem mais um imbróglio, passaram o Parque Saint'Hilaire para Viamão, o que é ilegal, inconstitucional, porque o Parque é nosso, é uma unidade de

conservação, e nós estamos discutindo, nós vamos discutir isso aí. Foi feita, por decreto, essa alteração, e o projeto que veio a esta Casa não é um projeto de lei complementar. Portanto, ele deve ser melhor discutido. Então, esta Emenda era apenas um registro. Eu sei que esta Emenda não deverá passar, porque ela não retira valores, ela deve ingressar valores. E esses valores devem ter transparência, para isso nós temos a lei da Transparência, e nós queremos saber, sim. Não adianta, Ver. Aírto Ferronato, o senhor vir defender o seu Relatório e não explicar exatamente cada vez que for derrotada uma emenda minha, aqui, pela causa animal. O senhor meio que distorceu os fatos, não é bem assim, o que nós estamos prevendo não é nada mais do que parte da necessidade para esta cidade de Porto Alegre. Se tivermos uma Secretaria, se tivermos custos, nós teremos que dar conta da demanda. Não somos nós, Vereadores, que vamos executar o serviço do Poder Público Municipal. Então, esta emenda para mim é um registro e para eu ficar de consciência tranqüila de que, enquanto estive no meu mandato, eu procurei transparência, eu procurei registrar os fatos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 95, destacada, ao PLE nº 035/15.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, essa emenda tem, no meu entendimento, neste momento, um grande mérito. Ela traz à discussão algo que cada vez mais está crescendo, o que é ótimo, e cada vez mais, também, evidentemente, em relação ao crescimento, concomitantemente, da demanda. O que está crescendo? Crescendo o número de pessoas que estão hoje antenadas, preocupadas e, principalmente, pessoas que estão tendo em suas casas, em seus lares, animais de estimação. Isso é muito importante. Então, Porto Alegre está realmente necessitando de um hospital veterinário. Quem, como nós, abriga um animal doméstico sabe que, de repente, os custos são altos, não é pouco. E aí a gente vê o quanto é grande, e isso é muito bom, o carinho, a adoção e a preservação dos animais. Agora, é evidente que apenas querer não é poder. E existem, na Cidade, centenas de demandas que, evidentemente, não estão contempladas no Orçamento, porque o Orçamento é restrito, ele é limitado. Mas, por quê, então, eu vim à tribuna? Porque a

população merece que nós estejamos, repito, antenados em relação ao carinho e à preservação da saúde dos animais. E ainda estamos longe de termos adoção de todos os animais que deveriam não estar sofrendo, às vezes, abandonados à própria sorte, infelizmente, às vezes, por pessoas que por se mudarem, ou irem à praia, em época de férias, deixam os animais. Mas o que eu resumo aqui na tribuna? É claro que não poderemos aprovar uma emenda de R\$ 4 milhões para o hospital veterinário, eu estou falando para ampliar o clamor da Cidade, e que esse hospital veterinário vire realidade. Nesse teor, a emenda da Vereadora tem mérito, porque chama a atenção, porque faz com que nós nos preocupemos com isso, e a população fique sabendo que nós não estamos alheios a isso. Mas e os poderes públicos? E a Câmara? O que estão fazendo? Então, estamos tratando do assunto, estamos dando a devida importância ao tema. Então, é evidente, Vereadora, parabênzo V. Exa. por trazer à lume esse assunto, sei que vossa emenda não será aprovada por orientação do Governo. Vereadora, é importante falar, é importante que a população nos veja aqui na televisão e saiba que nós não estamos alheios a situações prementes como essa do hospital veterinário para Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Emenda nº 95, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando a retirada do destaque da Emenda nº 154 ao PLE nº 035/15. (Pausa.)

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Emenda nº 138, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 145, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 145, destacada, ao PLE nº 035/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu vou encaminhar as duas emendas do Ver. João Ezequiel num encaminhamento único, porque uma vem seguida da outra, mas são duas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
118ª Sessão Ordinária 02DEZ2015

emendas com o mesmo intuito. Eu gostaria de falar, ao conjunto dos Vereadores e das Vereadoras, sobre o problema da saúde pública municipal. O Orçamento de 2016 está superavaliado. A expectativa de crescimento do Brasil, infelizmente, tanto neste ano, como no ano que vem, será inferior em função do impacto da crise econômica às previsões orçamentárias escritas pelo Governo na peça de 2016. Além disso, o que já é motivo, obviamente, de discussão permanente de uma verdadeira peça de ficção científica com relação, tanto a valores, quanto a projetos importantes que são orçados, que são previstos no Orçamento e que não são executados, nós temos um debate gravíssimo sobre o conjunto da saúde pública municipal. Para fechar o Orçamento de 2016 com o mesmo conjunto de gastos de 2015, levando em consideração o que hoje o Município gasta para garantir o atendimento nos hospitais, nos postos de saúde, o atendimento das especialidades, dos medicamentos, faltam R\$ 86 milhões. Oitenta e seis milhões de reais de uma saúde que já está em crise, de uma saúde que já deixa as pessoas esperando anos na fila para atendimento na psiquiatria, para atendimento em determinadas especialidades, a demora na realização de cirurgias, sobretudo, as eletivas. Tudo isso, de fato, é indício de um caos na saúde pública, assim como a falta de funcionários, de técnicos em enfermagem, de médicos especialistas, de profissões extremamente necessárias à nossa população. Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste, as nossas queridas taquígrafas, eu quero, aqui, fazer meu registro e a minha homenagem, que trabalham muito em prol da Câmara de Vereadores (Palmas.) e, na luta, a gente sabe que a mobilização é a única forma de fazer valer a nossa voz; então, têm aqui a minha solidariedade. Aos amigos do *hip-hop*, que vêm, aqui lutar pelos recursos do *hip-hop*, aos amigos do Sindicâmara. Eu quero dizer que, imaginem, R\$ 86 milhões a menos na saúde no ano que vem. Vai faltar luva nos hospitais? Vai faltar medicamento nos hospitais? Vai faltar produto de higiene nos hospitais? Vão faltar recursos para pagar o salário dos servidores nos hospitais? De onde sairão esses R\$ 86 milhões? Daquilo que já está previsto. Significa que Porto Alegre não vai investir o ano que vem. Significa que Porto Alegre não vai ampliar as Equipes da Saúde da Família, o programa de atendimento da população mais pobre da nossa Cidade. Significa que não vai ampliar num médico, cada um dos postos que sofrem com a falta de profissionais, que não vai ampliar o número de técnicos em enfermagem, que não vai ampliar o número de psicólogos, que não vai ampliar o número de psiquiatras, que não vai ampliar o conjunto

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
118ª Sessão Ordinária 02DEZ2015

das profissões da área da saúde, tão necessárias, para qualificar a saúde municipal. Que não vai ampliar o atendimento nos hospitais públicos, que não vai renovar os equipamentos. Eu estou extremamente temerária e estou fazendo, aqui, um debate com o conjunto dos Vereadores, porque é uma coisa que me preocupa em demasia. O risco de um orçamento no qual faltam R\$ 86 milhões de reais para a saúde pública e que não cortou um centavo dos cargos em comissão, que não cortou um centavo das verbas para publicidade, que não cortou um centavo de áreas desnecessárias que, em geral, funcionam como um verdadeiro cabide de emprego!

Então eu quero encaminhar as duas emendas juntas, porque as duas têm o mesmo intuito. Essa, a Emenda nº 145, destina equipamentos para o Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, que inclusive nós almejamos que vire um centro de referência na saúde da mulher, que precisa ampliar, melhorar, qualificar os atendimentos e, ao mesmo tempo, a Emenda nº 151, também do Ver. João Ezequiel, que destina R\$ 500 mil para os postos de saúde da nossa Porto Alegre, para o postão da Cruzeiro, para o postão da Bom Jesus, para os postos de saúde como o da Lomba do Pinheiro, que precisam de mais recursos e que, com essa crise econômica, com a diminuição dos repasses do Governo Federal, com a dívida que o Governo Estadual tem com o Município de Porto Alegre, agora com esse orçamento cortando R\$ 86 milhões, corre graves riscos no ano de 2016.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 145, destacada, ao PLE nº 035/15.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu acredito que é preciso aqui apresentar uma pequena exposição sobre as emendas que apresentou o Vereador e particularíssimo amigo João Ezequiel. Sobre a Emenda nº 150, que ele apresentou – e havia diversas emendas que tratavam da mesma coisa, equipamentos para praças -, eu fiz uma emenda única, somei todas numa emenda só até para, tecnicamente, facilitar a execução no ano que vem. Por isso, a Emenda 150, do Ver. João Ezequiel – e eu conversei com a Ver.^a Fernanda Melchionna na segunda-feira – é uma emenda que está aqui como rejeitada, porque está acolhida numa emenda aglutinativa. Portanto, aceitamos essa emenda. Essa segunda emenda do Ver. João

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
118ª Sessão Ordinária 02DEZ2015

Ezequiel, de R\$ 500 mil, tem uma questão, ela retira R\$ 500 mil, Ver. Pujol, da publicidade. Só que, pela aceitação das emendas todas que eu acolhi, foram retirados R\$ 5 milhões da publicidade. Portanto, já há um problema bastante complexo. Por outro lado, a Emenda nº 145, do Ver. João Ezequiel, que destina equipamento para o Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, foi aprovada também, Ver.^a Sofia, pela emenda 25 do Ver. Dr. Thiago, que destinou R\$ 150 mil. O número da emenda do Ver. João Ezequiel é a de 145, que acolhia a Emenda nº 25, do Ver. Thiago. Com isso, está também acolhida a Emenda do Ver. João Ezequiel. E como nós já temos recursos destinados para equipamentos para o Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas de R\$ 875 mil, na proposta original do Governo, mais os R\$ 150 mil, nós chegamos a praticamente a R\$ 1 milhão para a aquisição de equipamentos para o Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas; portanto, podemos votar “não”, devemos votar “não”, rejeitando a emenda, porque ela está acolhida e aceita pelo conjunto daquilo que se apresentou aqui, e eu já disse à Ver.^a Fernanda que o João Ezequiel, nosso querido Vereador, está contemplado, sim, em duas emendas. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal, solicitada pelo Kevin Krieger, a Emenda nº 145, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Mônica Leal, a Emenda nº 146, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**; 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda nº 149, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 149, destacada, ao PLE nº 035/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Encaminho a votação da nossa Emenda nº 149, que determina a criação de um fundo para o passe livre municipal. A cidade de Porto Alegre, infelizmente, não avançou, Ver. Prof. Alex, numa política no sentido de garantir aos estudantes e aos desempregados o direito do passe livre, o direito de ir e vir e a busca pela garantia da locomoção desses estudantes, que estão nessa condição de

estudantes e, portanto, não trabalhadores. Para fazer o nosso mapa da violência e dos direitos humanos, nós estudamos e vimos que boa parte das evasões escolares também está vinculada com a falta de vale-transporte para frequentar a escola. Foram 30 mil estudantes que abandonaram as escolas de Porto Alegre entre os anos de 2012 e 2014. Nós estamos falando de 30 mil jovens, crianças e adolescentes que abandonaram a escola e não retornaram, Ver. Paulinho Motorista. Muitas dessas causas – além de outros fatores que incidem, obviamente – têm a ver com uma política eficaz de transporte coletivo. Uma das principais bandeiras de junho de 2013, quando a juventude tomou as ruas do Brasil, lutando por um transporte coletivo mais barato, mais acessível, lutando contra as maracutaias de tarifas abusivas para um serviço de qualidade duvidosa, lutando contra o aumento abusivo das tarifas, foi justamente a luta contra esses aumentos, mas também em defesa do passe livre. Nós vimos, naquele momento, que Porto Alegre teve um protagonismo importante com milhares de jovens apoiados pelos trabalhadores. Com uma ação jurídica e política da nossa bancada – àquela época, éramos eu e o Ver. Pedro Ruas –, conseguimos derrubar o aumento da tarifa que, naquele momento, passaria para R\$ 3,05 e que voltou a R\$ 2,85, depois ficando em R\$ 2,80, com a redução do ISS, votado nesta Casa. Aquele verdadeiro levante juvenil, a partir da experiência de Porto Alegre, chegou no resto do País – chegou em São Paulo, chegou no Rio de Janeiro. Há muito tempo – talvez desde as mobilizações em defesa da democracia e contra a ditadura –, o Brasil não via passeatas tão grandes, tão expressivas, repletas do espontaneísmo da juventude.

Logo depois disso, um debate que entrou com força foi justamente o do passe livre estudantil. Nós tentamos de muitas maneiras instituir projetos que tratem de criar esse direito em Porto Alegre, constituindo um fundo municipal para iniciar o passe livre estudantil. Nós estamos propondo, Ver. Kevin, que o valor das multas de trânsito financiem o passe livre estudantil; nós estamos propondo que o lucro abusivo dos empresários de ônibus financiem o passe livre estudantil. Nós estamos dizendo que é necessário mudar radicalmente a lógica do transporte, ampliar a Carris e diminuir o peso privado sobre o conjunto do sistema de transporte coletivo, que, na verdade, faz com que as tarifas sejam abusivas. Nós temos visto uma licitação de cartas marcadas este ano, fato que nós denunciemos, sistematicamente, aqui nesta tribuna, seja a ausência da licitação anteriormente e o funcionamento do sistema de transporte à revelia de qualquer

legislação, seja lei de licitações, seja lei municipal, seja quando a licitação é feita, e não boicotada pela ATP – as outras duas licitações foram boicotadas pela ATP. A única empresa que não operava em Porto Alegre foi desclassificada, mesmo tendo proposta mais barata em duas das bacias. Então, na verdade, nós vimos uma licitação para legalizar esse sistema de transporte, que é um calvário para a nossa população e, ao mesmo tempo, fonte de lucros infinitos para meia dúzia de empresários do transporte coletivo que lucram muito nas costas dos trabalhadores rodoviários e da população de Porto Alegre usuária do transporte coletivo.

Nós precisamos, sim, avançar no tema do passe livre. Nós estamos propondo o início desse debate, instituindo o passe livre como um fundo municipal que, obviamente, precisa receber recursos, sejam eles das multas ou dos lucros indevidos, mas que sinalizem no sentido de garantir esse direito à juventude e aos desempregados. Acho que nós temos que fazer esse debate, porque a passagem de ônibus, cara do jeito que é, acaba sendo um impeditivo para milhares de porto-alegrenses, neste momento de desemprego, poderem buscar oportunidades de trabalho, poderem tentar fazer as suas entrevistas. Então esse é o intuito da nossa emenda, esperando que os Vereadores votem a favor.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 149, destacada, ao PLE nº 035/15.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores telespectadores e ouvintes, há pouco, nós votamos a Emenda nº 146, da Ver.^a Fernanda Melchionna, que foi rejeitada. Tínhamos três emendas com o mesmo teor: fomento ao teatro e à dança. Eu apresentei a sugestão de aprovação da emenda de autoria da Ver.^a Jussara Cony, R\$ 300 mil – a Ver.^a Fernanda sabe disso. Nós rejeitamos a emenda de R\$ 100 mil, mas acolhemos a sua proposta, que é igual, numa emenda de maior valor, R\$ 300 mil.

Com relação à criação do fundo para custeio do passe livre, Ver. Alex, a lei de orçamento não permite, a lei de orçamento tem previsão de receita e colocação de despesas. Então nós prevemos o que o Município arrecada e autorizamos o quanto ele vai gastar. Não é possível, é inconstitucional, é inorgânico nós colocarmos qualquer outra matéria dentro da

lei do orçamento, Ver.^a Sofia. Já existe, na proposta original do Governo, R\$ 4,555 milhões para o programa de ação estratégica Vou à Escola Fundamental. Como a matéria é alheia à lei de orçamento, eu tenho certeza absoluta de que a própria Ver.^a Fernanda, o Ver. Prof. Alex e todos nós precisamos votar contra essa lei, sob pena de causar um estrago na lei de orçamento, colocar a matéria, que não é orçamento, Ver. Alex, ou qualquer fundo é criado por lei, mas não pela Lei do Orçamento. Obrigado, um abraço.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 149, destacada, ao PLE nº 035/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; senhores e senhoras, quero defender o teor da proposição, menos a questão da construção técnica. Respeito o nosso Relator, que foi em muitos temas muito acessível, faço aqui o meu elogio, mais uma vez, porque construiu soluções. Nós pretendemos que esse Orçamento, com as emendas populares, em especial, importantes, que essa cultura de emendas populares seja elevada a 12% na saúde. Lembro muito disso antes do Governo Tarso, e, depois dele, chegou aos 12%, progressivamente. Acho que o protagonismo popular na construção do Orçamento é desejável. O diálogo feito foi importante através da relatoria, que respeitou em grande medida isso. Ressalto a emenda dos R\$ 2,5 milhões para o convênio das 227 creches comunitárias. Inclusive, estou na expectativa da nossa reunião com o Governo sobre a do ano passado.

Ver.^a Fernanda, sobre o tema do passe livre, acho que a cidade de Porto Alegre está de costas para uma demanda emergente, fundamental e que tem muito protagonismo popular na cidade de Porto Alegre. O projeto do passe livre foi protocolado e apresentado nesta Casa após a ocupação da Câmara de Vereadores em 2013. A juventude que viveu aqui dentro intensamente debates sobre o transporte público de Porto Alegre expressava o quanto há de barreira em relação ao acesso à educação integral, à cidade, aos bens culturais, ao encontro da juventude nos diferentes momentos de aprendizagem, de trabalho, de estágio vinculado à pesquisa, enfim, pela dificuldade financeira, pelo custo do transporte público. O passe livre é um sonho que acalentou aquelas massas em 2013, que mobiliza a juventude em todo o País. Não acho que a cidade de Porto Alegre tenha

que se responsabilizar exclusivamente. Não tenho essa opinião. A Constituição brasileira define as responsabilidades dos entes federados sobre a educação e fala que é responsabilidade do Governo do Estado o Ensino Médio e o transporte até ele, e da União, o apoio às vagas para o acesso dos estudantes ao Ensino Superior. Mas o Governo Municipal teria que articular uma política de transporte para a juventude. E o nosso programa do passe livre para o Ensino Fundamental, que é um projeto de lei de autoria desta Vereadora, já tem a previsão do passe livre para o Ensino Médio. Nós já realizamos um convênio com o Governo do Estado. O Governo Tarso, por dois anos, desembolsou recursos para o passe livre para o Ensino Médio, e agora nós deveríamos expandi-lo para o Ensino Superior, buscando parceria com o Governo Federal, buscando e ampliando a parceria com o Governo Estadual. Então eu sou defensora, sim, da gratuidade do transporte público para a juventude. Nós queremos que a nossa juventude saia do gueto, que a nossa juventude se sinta pertencente à cidade, que a nossa juventude, que agora, a partir do início do ano que vem, obrigatoriamente, deverá estar na escola. Lembrem-se: a partir de 1º de janeiro, passa a vigorar a obrigatoriedade dos 4 aos 17 anos de frequência escolar. É um enorme desafio fazer com que essa juventude permaneça na escola, que goste dela e que faça o seu percurso educativo pleno. Um dos elementos é o passe livre, é o transporte público de qualidade e gratuito para a nossa juventude. Portanto, faço a defesa do conteúdo da intenção dessa emenda ao orçamento. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 149, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 150, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 6 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 151, destacada, ao PLE nº 035/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a votação em bloco das emendas aprovadas pela CEFOR e depois a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco das Emendas aprovadas pela CEFOR. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Em votação o PLE nº 035/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO**, com os votos contrários da Ver.^a Fernanda Melchionna e Ver. Prof. Alex Fraga.

A Sra. Fernanda Melchionna: Sr. Presidente, registro que eu e o Ver. Prof. Alex votamos contra o Orçamento em função da falta de recursos para a Saúde, em função da verdadeira peça de ficção científica que tem sido os orçamentos municipais e em função de não prever a redução de CCs e de verba de publicidade, muito obrigada pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Peço que encaminhe a sua declaração por escrito.

A Sra. Lourdes Sprenger: Sr. Presidente, só para esclarecer: quando eu levantei a minha mão eu tinha solicitado nominal.

O Sr. Dr. Thiago: Da mesma forma, meu voto era favorável e eu tinha solicitado votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Favorável a quê?

O Sr. Dr. Thiago: Às emendas aprovadas.

O Sr. Aírto Ferronato: Não sei se é o momento, mas eu quero aproveitar para fazer um registro: os servidores da Câmara estiveram conosco trabalhando nessa proposta de

relatoria, essencialmente a DL e as Comissões; registrar especialmente a presença do Jezoni, que esteve conosco desde o primeiro dia; registrar que o nosso amigo, Dr. Paulo Ortega, advogado, esteve conosco no relatório; e trazer um abraço a todos os Vereadores e as Vereadoras que participaram disso.

A Sra. Sofia Cavedon: Vereador-Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores votou favoravelmente, não que tenha acordo pleno com o conjunto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): É Declaração de Voto, Vereadora? (Pausa.) Depois a senhora encaminha por escrito.

A Sra. Sofia Cavedon: Vou fazer uma síntese: quero ressaltar a importância das emendas populares e que isso foi decisivo para o nosso voto favorável.

O Sr. Cassio Trogildo (Requerimento): Sr. Presidente, requiro o adiamento da discussão do PLE nº 006/14, por uma Sessão, tendo em vista que foi proposta uma emenda na CUTHAB e ela precisa ser desmembrada em várias emendas para que sua avaliação fique mais clara. Já temos acordo entre as Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. Dr. Goulart: Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento em que nós estamos trabalhando bastante para fazer uma saudação importante ao nosso colega e médico Dr. Thiago Duarte, que ontem me socorreu num atendimento que eu não estava conseguindo equacionar, lá no Hospital Presidente Vargas. Quero agradecer muito a ele e, para que ele se lembre desse momento, quero presenteá-lo, em meu nome e em nome da paciente que ele atendeu, com uma caixa suave de bombons. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Vereadores, aproveitando o ensejo, gostaria de parabenizar a nossa colega Vilma, que fez aniversário na semana passada! Esta lá a Vilma; a benção, Vilma! Também a nossa colega Paula, assessora do PP, que está de aniversário hoje, a querida Paulinha, que está sempre à disposição não só da sua bancada, mas de todos que estão à sua volta. Também quero parabenizar o colega Emerson, que está de aniversário, e o colega Sempé, que não está aqui, mas também está de aniversário. Parabéns a todos!

Em votação o Requerimento nº 136/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Sofia Cavedon: Presidente, sugiro uma interrupção para conversar com os Líderes, porque, se começarmos as homenagens, vamos perder quórum, então temos que decidir coletivamente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Solicito que os Líderes se aproximem da Mesa. (Pausa.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento nº 148/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** pela unanimidade dos Vereadores presentes.

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

(16h51min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
118ª Sessão Ordinária 02DEZ2015

Não há Vereadores inscritos para discutir a Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h52min.)